

Faces da escrita no Brasil: uma história de resistência indígena

Actas de Diseño (2022, abril),
Vol. 39, pp. 187-194. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: julio 2016
Fecha de aceptación: julio 2017
Versión final: abril 2022

Paula Cristina Pereira Silva e Sérgio Antônio Silva (*)

Resumo: O presente artigo visa compreender as relações estabelecidas entre a escrita e os povos indígenas do Brasil. Para isso, inicialmente, fez-se necessário estudar a história da escrita e estabelecer com qual das suas definições iria se trabalhar. Isto posto, realizou-se uma abordagem acerca de como essa escrita foi apresentada aos indígenas e, subsequente, uma análise sobre o primeiro papel que assumiu – um dispositivo de controle, e sobre o seu processo de ressignificação – um instrumento de defesa cultural. Por fim, apresenta-se o cenário atual das produções dos impressos indígenas, destacando suas peculiaridades e os novos métodos de trabalhos adotados nesse processo.

Palavras chave: escrita - dispositivo de controle - identidade cultural – impressos – indígenas – design.

[Resúmenes en inglés y español y currículum en p. 193]

1. Introdução

Os povos indígenas do Brasil apresentam-se hoje como um dos segmentos da sociedade brasileira que luta com maior intensidade pelo acesso a escola pública, as lideranças indígenas têm clareza da importância estratégica da educação escolar para seus povos, em particular para a sua juventude, uma porta para um futuro promissor. Além disso, nas últimas décadas, tem surgido um grande interesse, por parte dos povos indígenas, em revitalizarem suas línguas. Segundo Bonfim (2012), como exemplos de povos em processo de revitalização, tem-se os Tupinambá da Bahia, os Kiriri da Bahia, os Pataxó da Bahia e de Minas Gerais. Para esses povos, a língua é mais um elemento que pode fortalecer sua identidade étnica e cultural. Entretanto, esse cenário nem sempre foi assim. Ao longo de muitos anos a escrita e a alfabetização foram utilizadas pelos não indígenas como dispositivos de controle sobre os nativos. Segundo Foucault (AGAMBEM, 2009), entende-se como dispositivo de controle toda ação de natureza estratégica utilizada para a manipulação de forças e saberes.

O linguista Rodrigues (1986), especializado nos povos nativos do Brasil, afirma que em 1500 havia no Brasil em torno de 1.175 línguas indígenas distribuídas ao longo do território brasileiro. O autor ainda afirma que o Conselho Indígena Missionário intensificou o extermínio de 1.477 povos indígenas em todo o território brasileiro. Alguns fatores como a língua foram cruciais para reprimir e, por isso, reforçados como instrumento para corroborar e forçar a formação de identidades nacionais, políticas e homogêneas. Hoje, dos 240 povos indígenas que resistiram ao longo do processo da colonização brasileira, até então, foram classificadas cerca de 181 línguas indígenas faladas.

Percebe-se, assim, que a colonização impôs a cultura europeia de maneira repressiva para os povos indígenas. A Lei Pombalina, de 1758, criada para reforçar o projeto político que propunha apenas uma língua oficial para o país, a língua portuguesa, é uma prova disso. Essa lei

abriu caminho para o fortalecimento da língua portuguesa, tornando-a obrigatória para os documentos oficiais e para implementação do ensino. Desde então, foi inaugurada uma política que tinha como objetivo “integrar” os povos indígenas à comunidade nacional, sem respeito algum à diversidade sociocultural e linguística existente. Como consequência direta dessa política, ocorreu o enfraquecimento do uso das línguas nativas entre muitos povos e o desprestígio dessas línguas diante da sociedade hegemônica, com a consequente negação das identidades e das culturas indígenas.

Isto posto, o presente trabalho pretende compreender as relações que a escrita estabeleceu com os povos indígenas do Brasil, um veículo de comunicação que atuou como dispositivo de controle e instrumento de defesa cultural. Para isso, inicialmente, fez-se necessário estudar a história da escrita e, principalmente, estabelecer qual das suas definições será adotada. Assim, utilizou-se como referencial teórico o livro *A História da Escrita*, de Fischer (2009), que apresenta o conceito de escrita completa, uma teoria que mais se aproxima dos sistemas de escritas como são conhecidos hoje, sem desconsiderar as primeiras formas de expressão do pensamento humano. Após isso, abordou-se a chegada da escrita completa no Brasil, dando foco em como se deu o contato dos indígenas com esse instrumento que trazia consigo muitos interesses por parte do colonizador. Neste momento, utiliza-se como referência o livro *A Conquista da Escrita*, de Emiri; Monserrat (1989), para abordar as percepções dos indígenas nos primeiros contatos com a escrita, que perpassam pelo receio e pela sedução.

Por seguinte, baseado nos relatos do antropólogo Melià (1979), há uma abordagem sobre o primeiro papel que a escrita assumiu diante dos indígenas, o de dispositivo de controle. A atuação da escrita para o controle fica ainda mais clara quando se vincula à educação, à instituição escola nas aldeias formaliza a entrada do Estado nessa relação de dominação e opressão. Entretanto, com o passar do tempo, as denúncias internacionais e nacionais

sobre o genocídio indígena no Brasil estimularam um ato de resistência, uma nova postura por parte dos nativos, não esperada pelo governo, a apropriação da escrita como um instrumento de defesa cultural. Este novo cenário, segundo Luciano (2006), foi intensificado pela Constituição de 1988, que revolucionou o rumo da educação indígena, estimulou o surgimento de uma nova escrita indígena. A chamada nova escrita indígena é o resultado da ressignificação desse veículo de comunicação pelos indígenas, nasce de e para a nova escola indígena, sendo fomentada pela necessidade de arrancar o poder de voz das mãos dos dominadores.

A nova escrita indígena estimulou o surgimento dos impressos povos originários, que são tanto os materiais que fazem a transição do âmbito da oralidade para o âmbito da escrita das histórias, cantos, mitos e poesias, conhecidos como “livros da floresta” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004), como os materiais didáticos para alfabetização diferenciada nas escolas indígenas do Brasil. Como esses impressos demandam por novos métodos de trabalhos adequados às peculiaridades culturais das etnias indígenas, fez-se necessário, como fechamento da proposta do artigo, abordar o processo atual de desenvolvimento desses materiais didáticos e literários.

2. A história da escrita

Existe uma grande discussão acerca da origem da escrita. Muitos povos preferem atribuí-la à “divina providência”, que segundo Fischer (2009), foi uma crença que sobreviveu na Europa até os anos de 1800 e ainda é aceita por certas comunidades nos EUA e nos países islâmicos. Há aqueles que acreditam que a escrita surgiu de um esforço grupal ou descoberta acidental. Outros afirmam ainda que a escrita foi inventada pelos sumérios em Uruk, por volta da metade do quarto milênio a.C., no momento em que buscavam um método para auxiliar a contabilidade dos seus negócios. Diante dessa variedade de teorias e da dificuldade que existe em se compilar uma única definição para a escrita, que inclua todos os seus sentidos, no passado e presente, este trabalho utilizará como referência o livro *História da escrita* de Steven Fischer. Assim, a fim de se evitar a armadilha da definição formal, porque a escrita tem sido, é e será inúmeras coisas distintas para inúmeros povos em diferentes épocas, Fischer propõe uma teoria que mais se aproxima dos sistemas de escritas como são conhecidos hoje, sem desconsiderar as primeiras formas de expressão do pensamento humano. Segundo Fischer (2009), a escrita de hoje é categorizada como escrita completa, que seria toda expressão gráfica que preenche os seguintes três requisitos: possui um objetivo de comunicação, marcações gráficas artificiais feitas numa superfície durável ou eletrônica e utiliza marcas que se relacionam convencionalmente para articular a fala ou uma programação eletrônica. Expressões gráficas que não preenchem todos esses três requisitos são consideradas pelo autor como escritas antigas ou pré-escritas. Antes da escrita completa, a humanidade fez uso de uma grande quantidade de símbolos gráficos e mnemônicos (ferramentas de memórias), de vários tipos, para acumular

informações. Na maior parte eram representações gráficas de fenômenos comuns do mundo físico. Os primeiros traçados humanos foram encontrados na África e tem mais de 200 mil anos de idade. Segundo Meggs; Purvis (2009), do Alto Paleolítico ao período Neolítico, os antigos africanos e europeus deixaram várias pinturas em cavernas. Os desenhos nas pedras possuíam um repertório de signos universais – antropomorfos, da flora, da fauna, do sol, das estrelas e de incontáveis elementos geométricos, já os elementos mnemônicos eram utilizados em contexto linguístico como o registro com nós – *guipus*, ossos, bastões ou tábuas com mensagens tentando conectar o objeto físico com a fala. Entretanto, segundo o linguista Coulmas (1983), “o passo decisivo no desenvolvimento da escrita é a fonetização, isto é, a transição do ícone pictográfico para o símbolo fonético”.

Isto, de acordo com Fischer (2009), só seria possível a partir do surgimento dos pictogramas, sistemas de comunicação por figuração dos seres e objetos familiares, datados nas antigas tabuletas de argilas da Suméria, que embora ainda não pudessem serem considerados um tipo de escrita completa, uma vez que deixavam de usar marcas que se relacionam convencionalmente à fala, é, no entanto, o início de uma transmissão bem-sucedida de ideias complexas pela arte gráfica. Com o passar do tempo, os pictogramas foram se tornando padronizados e mais abstratos, atingindo um maior grau de complexidade, a partir do momento que não era mais possível reconhecer o que os seus elementos expressavam, fato este que marcou o surgimento dos símbolos. Assim, um mesmo pictograma passou a descrever vários elementos ou situações, como por exemplo, a imagem de “pé” era tanto pé como o ato de andar. Além disso, começou a acontecer a junção de pictogramas diferentes que criavam novos tipos de informações, como por exemplo, “arado” mais “madeira” significava um arado, enquanto que, “arado” mais “homem” significava lavrador.

A escrita completa surgiu de uma radical extensão do sistema de comunicação visto acima, motivada pela necessidade social de se melhorar os registros contábeis do comércio sumério, a partir do momento que se conseguiu coordenar sistematicamente sons e símbolos para criar os “sinais” de um sistema de escrita. Isto foi possível somente quando o valor fonético de um símbolo ultrapassou o seu valor semântico, surgindo assim o foneticismo sistêmico. Nesse momento, não se percebia mais no símbolo gráfico (ou pictograma) apenas um objeto externo ou abstrato, mas começava a se ler um som por um valor independente. Assim, o som de um símbolo assumiu *status* sistêmico para se tornar um signo.

Segundo Fischer (2009), o foneticismo sistêmico é datado por volta de 3.700 a.C., surgiu na região da Mesopotâmia, e logo em seus primórdios se expandiu para além do Tigre e do Eufrates, a leste do Indo e a oeste do Nilo, locais onde a proposta se enraizou entre civilizações em formação, principalmente onde idiomas diferentes e necessidades sociais diversas demandavam por soluções próprias (ROBINSON, 1995). No período de mil anos a escrita fonética havia se tornado a ferramenta mais fundamental das civilizações em ascensão (CLAIBORNE, 1974). Embora alguns estudiosos acreditem que a escrita

surgiu de maneira independente em muitas regiões do mundo, como uma expressão de que a sociedade tinha atingido certo nível “avançado” de civilização, Fischer (2009) pontua que a escrita não pode ser considerada uma recompensa automática pela sofisticação social. A escrita precisa ser elaborada e isso requer um processo prolongado, determinado, principalmente, pelo desenvolvimento das necessidades sociais.

3. A escrita indígena no Brasil

A escrita começou a fazer parte da vida dos indígenas do Brasil logo após o contato com os europeus, junto ao início do processo de colonização. Entretanto, segundo Martins (2009), a educação formal no Brasil iniciou-se apenas em 1549 com a Companhia de Jesus, que atuou até 1579. Os jesuítas, assim, foram os primeiros mestres do Brasil, onde fundaram as primeiras missões, no interior do país. Nessas missões, os indígenas, além de passarem pela metodologia de catequização, eram norteados ao trabalho agrícola, o que garantia aos catequizadores uma de suas fontes de renda. O objetivo da educação formal nessa fase inicial era, especialmente, o de “civilização” e catequização dos índios e negros e a instrução dos descendentes dos colonizadores.

A produção de escritas para as línguas indígenas só ganhou força em 1956 com a chegada do *Summer Institute of Linguistics (SIL)*, missão cristã-evangélica criada no México em 1930, que realizou inúmeros convênios com o Estado brasileiro a fim de atuar com pesquisas e acessórias de ensino na área de linguística para os povos indígenas. O *SIL* estabeleceu-se em diversas cidades do norte do Brasil, produzindo conhecimento científico sobre as línguas indígenas. Segundo Franchetto (2001), em 1967 trabalhavam no Brasil trezentos membros do *SIL*, pesquisando quarenta línguas indígenas, sobre as quais realizou grande número de publicações, especialmente descrições gramaticais e cartilhas, diretamente adotadas em muitas escolas indígenas. É importante pontuar que mesmo o *SIL* contribuindo expressivamente para a preservação das línguas indígenas, ao tentarem atingir o seu objetivo principal, a evangelização por meio da tradução do Novo Testamento para sociedades consideradas sem escrita, acabavam por destituir vários aspectos das culturas nativas.

Com relação à percepção dos povos indígenas sobre a escrita, Emiri; Monserrat (1989) pontuam que fatos históricos e experiências etnográficas mostram que os índios oscilavam entre o receio e a sedução. O antropólogo Melià (1968, p. 271) cita que em 1614 os Guarani já desconfiavam seriamente daqueles recém-chegados que passavam um bom tempo a ler seus livros de reza, “diziam que éramos espiões e que nos livros trazíamos a morte”. Entretanto, o mesmo antropólogo pontua que os indígenas ficavam encantados ao perceberem que com essa ferramenta o não indígena dominava uma espécie de magia, capaz de ir além do espaço e do tempo, referiam-se à capacidade da escrita de armazenar conteúdos de diferentes épocas e lugares. Segundo Emiri; Monserrat (1989), um dos indígenas Aruák do rio Juruena-Camararé,

ao escutar a leitura de um mito do seu povo por um pesquisador, pensou que o livro estivesse falando e, assim, levou-o ao ouvido. O receio tornava-se, às vezes, uma fascinação mágica por possuir um instrumento que estaria na mesma base do conhecimento e poder do branco.

3.1 Escrita: um dispositivo de controle

Difunde-se cada vez mais a impressão de que a passagem das línguas orais para as línguas escritas foi marcada pela dominação. O livro *A conquista da escrita*, Emiri; Monserrat (1989) confirmam essa impressão ao afirmarem que das inúmeras formas que os povos indígenas foram conquistados, a escrita também foi uma delas. O desejo de entender a língua do outro por parte do conquistador trazia embutida a vontade de ser entendido, e o que devia ser entendido naquele momento era a mensagem do cristianismo. Assim, os jesuítas dos séculos XVI e XVII parecem ter dado as regras que os linguistas e educadores envolvidos na alfabetização reproduziram por muito tempo, a criação de escritas indígenas a partir do sistema alfabético, como se este sistema fosse adaptável a qualquer tipo de cultura e conteúdo, contradizendo a afirmação do tipógrafo Mandel (2006, p.11): “a escrita, além da memória da humanidade, é o seu espelho, é a expressão direta do homem e da sociedade”. No livro *Escritas espelho dos homens e das sociedades*, Mandel explica que uma escrita só passa a pertencer a uma sociedade se refletir a imagem de sua cultura e isso só acontece na medida em que os indivíduos se identificam com esta escrita. O caso do povo norte-americano Cherokee exemplifica a pontuação de Mandel. A comunidade, junto ao seu líder Sequoya, recusou o alfabeto latino, proposto pelos colonizadores europeus, e buscou um sistema de escrita que fosse mais adequado às suas demandas linguísticas e culturais. No século XIX, adotaram como solução o sistema silabário para a estruturação da escrita Cherokee. Segundo Ozias (2009), logo após ser inventada, essa escrita foi adotada por toda a comunidade, que se adaptou à tipografia e, rapidamente, começou a utilizá-la para publicar jornais e documentos em sua língua.

A partir do momento em que a introdução e o exercício da escrita se formalizaram nas escolas, o Estado assumiu oficialmente o seu papel na dominação pela escrita. Segundo Emiri; Monserrat (1989), o lugar físico, social e político que tem a escola na aldeia confunde-se facilmente com o lugar que ocupa o Estado para os povos indígenas. A instalação dessas instituições traziam consigo regras, hábitos e estruturas de poder não existentes nas culturas indígenas – como a eleição de monitores e professores, o estabelecimento de horários rígidos, que acabavam condicionando o pensamento indígena e sua organização. Segundo Silva (2002), a antropóloga Lux Vidal faz a seguinte pontuação: “a instituição da educação foi fundamental na configuração dos índios brasileiros, pois da catequese ao positivismo, sempre se quis assimilá-los ao Estado”. A aparente motivação de alfabetizar trazia consigo o desejo de controlar. De meio de expressão, a escrita tornou-se uma ferramenta de opressão, um dispositivo de controle. Entende-se aqui como dispositivo de controle um termo muito utilizado no discurso de Foucault que, em uma

de suas entrevistas em 1977, o define como qualquer instrumento de natureza estratégica utilizado para a manipulação de forças e saberes.

O dispositivo é a rede que se estabelece entre elementos [...] com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer – de formação que num certo momento histórico teve como função essencial responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica [...] Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada de relações de força, seja para orientá-la em certa direção, ou seja para bloqueá-la ou para fixá-la e utilizá-la. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que deveriam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (Foucault *apud* Agamben, 2009, p.28).

Com isso, percebe-se que o ensino da escrita pautado na educação foi uma intervenção racional do governo para controlar e bloquear, por meio do saber, as forças indígenas. Durante muito tempo, além de ensinar noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita), as escolas nas aldeias também tornavam os indígenas aptos a cumprir certos requisitos necessários para sobreviverem na sociedade do “branco”, ou seja, transformavam o índio em mão-de-obra qualificada e barata (MELIÀ, 1979). Este cenário de controle ganhou forças em 1910 com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que colocava os nativos oficialmente sob a tutela do Estado, que assim, passou a atuar de forma mais incisiva para territorializar, civilizar e integrar os povos indígenas na chamada sociedade nacional. Em cada “reserva” indígena foi colocado um posto do SPI e em cada posto uma escola. Segundo Lima (1995), este modelo de atuação estatal procurava cada vez mais atingir a totalidade do controle das atividades nativas, inserindo-se em tempos e espaços diferenciados dos ciclos, ritmos e limites da vida indígena.

3.2 Escrita: um instrumento de defesa cultural

A intenção do Brasil colonial de civilizar e catequizar o indígena foi substituída, no Brasil republicano (até a Constituição de 1988), pela intenção de integrar o indígena na chamada sociedade nacional. Esta mudança só aconteceu devido à pressão que o Brasil sofreu com as denúncias nacionais e internacionais sobre os genocídios e desrespeito cultural para com os povos indígenas. Diante disso, a fim de se evitar intervenções da ONU, em 1967, o governo substituiu o SPI por um novo órgão, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vigente até hoje. Com o passar do tempo, a ideologia de alfabetizar o nativo, encontrou ecos não esperados nas sociedades indígenas, enquanto o governo queria dominar esses povos por meio da escrita, esses povos queriam dominar a escrita justamente para não serem dominados.

É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro (MUNDURUKU, 2008, *on-line*).

Segundo Markus (2006), foi a partir de 1970 que começaram a aflorar por toda América Latina os movimentos indígenas a favor da preservação de suas identidades e direitos. No Brasil, as articulações, reuniões e assembleias indígenas começam mais sistematicamente a partir de 1974. A partir disso, diversas organizações foram criadas e existem até hoje, como a União das Nações Indígenas (UNI). A Constituição de 1988 reflete os esforços empreendidos pelo movimento indígena e pelas organizações não-governamentais que lutavam pela causa indígena, inaugurando um período rico de elaborações e aprovações de leis e normas infraconstitucionais que garantiam às comunidades indígenas o direito à educação escolar básica bilíngue e diferenciada. Determinando ainda, o reconhecimento das características de cada etnia para a elaboração dos conteúdos curriculares e materiais didáticos. Em 1991, foi repassada a responsabilidade sobre a educação escolar indígena, que antes era atribuição da FUNAI, para as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, em sintonia com o Ministério da Educação (MEC).

Atualmente, a escrita se configura mais como uma ferramenta de defesa do que de controle, atuando como guardiã e portadora das vozes e memórias dos povos indígenas do Brasil. Um veículo de comunicação que possibilita, além da preservação e divulgação de suas histórias, adquirir novos conhecimentos para fundamentar suas reivindicações. O indígena, antes visto apenas como um personagem das histórias dos “brancos”, tem assumido a voz narrativa, tornando-se sujeito, autor e criador, do seu legado cultural escrito. Deste modo, a nova educação indígena extrapola o simples objetivo de alfabetização, possuindo também outros objetivos: como a transmissão de conhecimentos indígenas; a recuperação de suas memórias e históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas, tradições e ciências; a publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados (LUCIANO, 2006).

4. Os Impressos Indígenas

A história da escrita indígena foi marcada por uma grande fase de opressão, momento em que atuou como um dispositivo de controle, e por uma fase de libertação, momento em que a comunidade indígena conquistou esse veículo de comunicação a seu favor, resignificando-o como um instrumento de defesa cultural. Foram os atos de resistências, fomentados pela necessidade de sobrevivência

cultural, de reescrever uma história, e talvez, de reescrever até mesmo as histórias indígenas, que viabilizaram o surgimento dessa nova face da escrita, que arrancou o poder de voz das mãos dos dominadores.

Os indígenas logo perceberam que, além de ganhar o conhecimento para estabelecer relações igualitárias com os não-índios, também podiam usar a instituição “branca” da escola com um novo significado, mais próximo da sua realidade e necessidade. O antigo feitiço da catequese destrutiva virava contra o feiticeiro: o ensino podia ajudar os índios na preservação de suas tradições, costumes e fala (FERREIRA, 2002, p. 84).

A nova escrita indígena, foi potencializada pela Constituição de 1988 que, além de revolucionar o rumo da política e da educação escolar indígena, estimulou o surgimento dos impressos indígenas, que são tanto os materiais que fazem a transição do âmbito da oralidade para o âmbito da escrita, conhecidos como “livros da floresta” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004), como os materiais didáticos para alfabetização diferenciada nas aldeias indígenas. Esses impressos, demandam por novos métodos de trabalhos adequados às peculiaridades culturais das diversas etnias indígenas existentes no Brasil. A seguir, fez-se uma breve abordagem sobre como acontece atualmente o desenvolvimento desses materiais. Assim, inicialmente, apresentou-se o processo de criação dos impressos didáticos e, por seguinte, dos literários.

4.1 Os impressos didáticos

Os não indígenas, de diversas áreas (pedagogos, antropólogos, linguistas, designers, sociólogos), envolvidos no novo processo de estruturação da alfabetização indígena e responsáveis pela produção do material didático que circularam nas aldeias, tomaram consciência de que o uso de palavras na língua indígena não poderia ser simplesmente um recurso técnico para facilitar a passagem dos sons às letras e vice-versa, já que as palavras dessas línguas são histórias e culturas. Assim, esses profissionais começaram a ter como preocupação fundamental não mais alfabetizar com palavras na língua, mas com palavras da língua. Emiri; Monserrat (1989) afirmam que nas atuais tendências de alfabetização há uma consciência de que toda leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo que o cerca. Dessa maneira, para a leitura do mundo indígena, o alfabetizador tem que antes se tornar “alfabetizado”, aprendendo a respeitar as palavras e o lugar que elas ocupam nesse sistema desconhecido. Segundo Emiri; Monserrat (1989), o resultado do trabalho desenvolvido, com essa nova postura, pela equipe não indígena tem sido extremamente revelador e muito diferenciado dos materiais desenvolvidos pelo SIL. Esse novo tipo de material é ilustrado pelos próprios indígenas e acaba por estimular uma forma de arte indígena, que, sem ser tradicional, torna-se um meio privilegiado de comunicação etnográfica. Inclusive, a variedade de traços e técnicas sugere a hipótese de uma possível distinção entre estilos visuais entre os povos indígenas, ou seja, assim como as línguas indígenas apresentam estruturas

e gramáticas diferentes, talvez haja não apenas uma arte indígena, mas diversas artes indígenas.

As novidades nesses materiais não se limitam apenas ao expressivo uso de ilustrações que, embora sejam muito importantes, fazem parte de um processo de estruturação da alfabetização que deve operar mais com representações do universo da cultura indígena do que com convenções da sociedade não indígena. Dessa maneira, é interessante que nesses materiais haja também partes textuais, expostas numa graduação que vai de conjuntos silábicos mais simples para mais complexos. O desafio, nesse processo, é o de se combinar o conteúdo didático com palavras de conteúdo cultural relevante. Para isso, o desenho etnográfico contribui de maneira imprescindível, uma vez que abarca um cenário cultural capaz de despertar palavras geradoras. Nestas palavras, é possível detectar sílabas que, por sua vez, expandem-se em família silábica, geradoras também de outras unidades significativas: palavras, frases, textos (Emiri; Monserrat, 1989). Com isso, as palavras da língua escrita passam a ser conectadas com a língua falada no dia-a-dia do indígena. O sucesso de materiais como esses se deve ao fato de não reproduzirem simplesmente um padrão metodológico ou linguístico, mas por criarem, junto aos indígenas, uma estrutura que respeite, preserve e valorize suas culturas e línguas nativas.

4.2 Os impressos literários

Portadores de uma saber ancestral, aprendido por palavras e sons contados pelos avôs e avós, os povos indígenas possuem a fala, a oralidade, como o instrumento de transmissão das suas tradições. Segundo Lima (2012), na sua dissertação *O livro indígena e suas múltiplas grafias*, o caminho de se passar da oralidade à escrita é complexo, repleto de tensões e por isso exige que a produção editorial seja diferente do que já é convencionalmente conhecido. A produção dos livros indígenas geralmente acontece já no processo de edição, pensando-se na publicação, diferentemente do que ocorre na produção dos não indígenas, onde antes se escreve o texto e a partir dele e de um valor atribuído em consonância com os interesses editoriais viabilizam-se a publicação. O processo editorial indígena se inicia com a definição do formato, sua finalidade, e, por seguinte, a elaboração de um projeto editorial. A partir daí, começará o trabalho de pesquisa e escritura. A fase de pesquisa e escritura é realizada através do registro das falas por meios de gravações audiovisuais, sobretudo dos anciãos, que são considerados detentores dos saberes que se quer transmitir, e também dentro das escolas. Com isso, consegue-se gerar um material denso e heterogêneo que será o ponto de partida para a seleção e transcrição. Geralmente esse trabalho é realizado pelos próprios professores/pesquisadores indígenas, já que muitas vezes essas gravações são feitas nas línguas nativas.

Devido ao fato de que a escrita alfabética não consegue representar todos os aspectos da fala, surge uma série de dificuldades ao longo do processo de transcrição. Como existe uma grande preocupação em se manter fiéis as falas dos anciãos, a participação dos pesquisadores é funda-

mental, pois junto aos indígenas, pensarão, discutirão e decidirão qual será o melhor caminho para estabelecer os registros no papel. Finalizada a transcrição, inicia-se a edição do texto, onde se resolve o tratamento que se dará no texto e também se haverá tradução para o português. Decidido isso, começa a organização do material e a produção das ilustrações, que tem um papel fundamental, uma vez que é a partir delas que os anciãos saberão se os professores estão transmitindo corretamente as suas histórias e também porque elas são uma forma de escrita que serve à leitura de quem não é alfabetizado, ou não conhece a língua deste povo.

É importante pontuar que todo o processo editorial indígena é feito coletivamente e, por consequência, a autoria também será coletiva. Isto está totalmente relacionado com o fato das narrativas apresentadas serem originadas de performances orais, sendo vistas assim como algo de propriedade coletiva da comunidade e herdadas dos antepassados. O contador não se vê como criador da narrativa, mas sim como uma espécie de transmissor, um elo numa cadeia infinita de repetidores e guardiões das narrativas ao longo das gerações. A cada ato de contar, não é apenas a narrativa em si que é repetida, mas também toda a tradição oral da comunidade é revivida.

Como última etapa desse processo criativo, tem-se a confecção do projeto editorial, momento em que o designer estudará quais as ferramentas do design editorial, grid, cor, hierarquia, tipografia, fotografia, dentre outras, que mais se adequarão as demandas culturais e linguísticas da etnia em foco. A pesquisadora Lima (2012), pontua que a presença do designer ao longo de todo o processo é muito importante, uma vez que este profissional atuará não apenas como o executor do layout das páginas, mas também como um tradutor. Ouvirá as ideias, demandas e executará projetos que respeitem e valorizem os textos e a estética indígena, traduzindo dessa forma o universo dos autores para o registro do livro. Por isso, o designer deve conhecer os autores, o conteúdo do livro e a intenção do material produzido, de modo que sempre esteja dialogando com os autores que fazem questão de acompanhar também essa etapa da produção editorial.

O papel do designer, nesse cenário, é o de “oferecer ferramentas que garantam a qualidade e fidelidade aos projetos elaborados pelas populações indígenas”, estando, nessa troca intercultural, atento “à sabedoria, à riqueza cultural, à enorme diversidade das populações indígenas” (DINIZ, 2007, p. 45).

Diante desse cenário produtivo tão peculiar descrito acima, é incontestável o fato de que o trabalho com povos indígenas exige caminhos metodológicos diferentes do que é formalizado na sociedade não indígena, o que abre caminho para várias possibilidades de produção e experimentação em diversas áreas do conhecimento.

5. Considerações finais

A educação escolar, na percepção dos povos indígenas, além de ser um direito básico, é estratégica na construção de seus projetos societários de futuro. Por isto, aumentou, nos últimos anos, a demanda por implantação de educação escolar nas terras indígenas. Segundo o indígena professor e Dr. Gersem Luciano, no documento *Cenário Contemporâneo da Educação Escolar Indígena no Brasil*, vinte anos atrás, o número de professores indígenas não ultrapassava a marca de 20% do total dos docentes que trabalhavam nas escolas implantadas em comunidades indígenas. Atualmente, Luciano (2006) afirma que os professores indígenas presentes nas escolas indígenas representam mais de 96% dos mais de 12 mil em atividade e os povos indígenas se apresentam, hoje, como um dos segmentos da sociedade brasileira que luta com maior intensidade pelo acesso à escola pública. Diante dessa movimentação social, da demanda crescente, por parte dos indígenas, por material impresso, sobretudo livros, vislumbram-se várias possibilidades de produção e experimentação de projetos na área do design editorial.

Tomar a produção desses povos como material didático, onde o etno, o tecno e o imagético podem ser lidos como uma multiplicidade de modos de fazer, de atuar socialmente através de categorias comunicativas, é apostar na construção de um tipo de instrumento metodológico que permite às populações indígenas desenvolver estratégias de atuações, frente às denúncias contra violações dos seus direitos, bem como promove articulações de apoio entre os povos. Estas práticas apropriam-se e reinventam os modelos eurocêntricos de escrita em diferentes momentos e espaços de educação tradicional dos povos indígenas (CESAR; SOUZA; COSTA; 2012, p.21).

É inegável que o trabalho com povos que, segundo Lagrou (2007), têm se revelado altamente complexos em seus sistemas sociocsmológicos, exige caminhos diferentes do que é formalizado nas academias. Assim, não cabe ao designer questionar a pertinência da escolha da escrita alfabética, já adotada pelos diversos grupos indígenas para representação de suas línguas no Brasil, nem interferir no conteúdo de suas publicações, mas sim entender a troca cultural a que os índios estão expostos e dispostos. O designer deve permanecer atento à sabedoria e riqueza cultural dessas comunidades para conseguir selecionar os instrumentos gráficos adequados às reivindicações dos povos indígenas. Desta maneira, este profissional tem a chance de contribuir com o processo de valorização da diversidade cultural, contribuindo para o enriquecimento da cultura brasileira, com memórias e histórias dos povos originários.

Referências

- Agamben, G. *O Que é o Contemporâneo e outros ensaios*. 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/4049906/AGAMBEN_Giorgio_O_Que_é_o_Contem_porâneo_e_outros_ensaios>. Acessado em 10 out. 2015.
- Almeida, M. (2009). *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- Almeida, M; Queiroz, S. (2004). *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica
- Bonfim, A. (2012). *Patxohã, "língua de gerreiro": estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó*. 127p. Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_ABBonfim.pdf> Acessado em 20 out. 2014.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l1166>. Acesso em 17 jun. 2013.
- Brasil. Congresso Nacional. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 17 jun. 2013.
- Cesar, A; Souza, A; Costa, S. (2016). Para uma cartografia da Educação Escola Indígena. *Linguagens, identidades e letramentos*. vol. 2. n. 2. 2012. Disponível em: <http://www.poscritica.uneb.br/revista-ponti/arquivos/volume2-n2/4_PARA-UMA-CARTOGRAFIA-DA-EDUCACAO-revistaponti-vol2-n2.pdf>. Acessado em: 20 fev. 2016.
- Coulmas, F. (1974). *The writing systems of the world*. Oxford e Nova York, 1989.
- Claiborne, Robert. *The Birth of Writing*. Nova York.
- Diniz, K. (2015). Notas sobre tipografias para línguas indígenas do Brasil. *InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação*. v. 4, n. 1, 2007. 11 p. Disponível em: <<http://www.infodesign.org.br/revista/index.php/infodesign/article/view/32>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- Emiri, L; Monserrat, R. (1989). *A Conquista da Escrita - Encontros de Educação Indígena*. São Paulo: Iluminuras.
- Ferreira, M. (2016). *Quando aprender é programa de índio*. 2002. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2002/10/01/quando-aprender-e-programa-de-indio/>>. Acessado em 28 mar. 2016.
- Franchetto, B. (2001). *Línguas indígenas no Brasil: pesquisa e formação de pesquisadores*. In. GRUPIONI, Luis Donisete B.; VIDAL, Lux; FISCMANN, Roseli (org.). "Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade". São Paulo: EDUSP.
- Fischer, R. (2009). *História da Escrita*. São Paulo: UNESP.
- Lagrou, Els. (2007). *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica* (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro: TopBooks
- Luciano, G. (2014) *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. SECAD/MEC, Brasília. 2006. 236 p. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf>. Acessado em 28 set. 2014.
- Lima, A. (2014). *O livro indígena e suas múltiplas grafias*. 2012. 155 p. Dissertação pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/indigena/data1/arquivos/O_livro_indigena_e_suas_multiplas_grafias-reduzid.pdf> Acessado em: 20 jan. 2014.
- Lima, A. (1995). *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Luciano, G. (2014). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. SECAD/MEC, Brasília. 2006. 236 p. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf>. Acessado em: 28 set. 2014.
- Vidal, L. (2000). *Grafismo Indígena: estudo de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo
- Mandel, L. (2006). *Escritas - espelho dos homens e das sociedades*. São Paulo: Editora Rosari.
- Markus, C. (2006). *Identidade étnica e educação escolar indígena*. Dissertação. p. 59. Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau.
- Martins, J. (2009). *Caderno de Estudos: Didática e Educação*. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial. Ed. Grupo Uniasselvi
- Meggs, P; Purvis, A. (2009). *História do design gráfico*. São Paulo: Cosac Naify.
- Melià, B. (1979). *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola.
- Ministério Da Educação. *Censo sobre as Escolas Indígenas no Brasil*. 2007. 9 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/censosecad.pdf>>. Acessado em: 15 fev. 2014.
- Ministério Da Educação. *Referências para a formação de professores indígenas*. 2002. 84 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acessado em: 28 out. 2014.
- Munduruku, D. (2014). *Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade*. 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>>. Acesso em: 08 jul. 2014.
- Ozias, Alves. *A história de um índio analfabeto que inventou uma escrita*. 2009. Disponível em: <<http://oziasjornalismo.blogspot.com.br/2009/09/historia-de-um-indio-analfabeto-que.html>>. Acessado em 1 nov. 2015.
- Ribeiro, D. (1957): *Culturas e Línguas Indígenas do Brasil*. Educação e Ciências Sociais. Rio de Janeiro.
- Robinson, A. (1995). *The story of writing*. Londres.
- Rodrigues, A. (1986). *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Silva, A. (2002). *Quando aprender é programa de índio*. Antropologia, história e educação. FFLCH-USP, 2002. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2002/10/82ensino.pdf?3414f4>>. Acessado em 15 nov. 2015.

Abstract: This paper aims to understand the relationships established between writing and the indigenous peoples of Brazil. For this, it was initially necessary to study the history of writing and establish which of its definitions we would work with. This was followed by an approach to how writing was presented to the indigenous peoples and, subsequently, by an analysis of the first role it assumed - a device of control, and of its process of re-signification - an instrument of cultural defense. Finally, the current scenario of indigenous print production is presented, highlighting its peculiarities and the new working methods adopted in this process.

Key words: writing - control device - cultural identity - printed matter - indigenous people - design.

Resumen: Este trabajo pretende comprender las relaciones que se establecen entre la escritura y los pueblos indígenas de Brasil. Para ello, inicialmente fue necesario estudiar la historia de la escritura y establecer con cuál de sus definiciones trabajaríamos. A continuación, se hizo una aproximación sobre cómo se presentaba la escritura a los pueblos indígenas y, posteriormente, se analizó el primer papel que asumió -un dispositivo de control- y sobre su proceso de resignificación -un instrumento de defensa cultural-. Por último, se presenta el escenario actual de la producción impresa autóctona, destacando sus peculiaridades y los nuevos métodos de trabajo adoptados en este proceso.

Palabras clave: escritura - dispositivo de control - identidad cultural - material impreso - indígena - diseño.

(*) **Paula Cristina Pereira Silva.** Mestranda do programa de pós-graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na linha de pesquisa Design, Cultura e Sociedade. Graduada

em Design de Ambientes e Design Gráfico pela UEMG. Possui experiência em projetos de Design de Ambientes na área residencial e em projetos de Design Gráfico na área de Comunicação Interna Corporativa. Atua como professora conteudista e pesquisadora no programa Saberes Indígenas na Escola, do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controleno (SIMEC), no núcleo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tem como objetivo apoiar a produção de materiais didáticos para uso nas séries iniciais das escolas indígenas. **Sérgio Antônio Silva.** Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais - PPGD/UEMG, com disciplinas, orientações e pesquisas ligadas à semiótica, à tipografia, à escrita e ao design gráfico. Coordenador da linha de pesquisa Grafia: estudos da escrita, vinculada ao grupo Design e Representações Sociais. Graduado em Letras, com mestrado em Literatura Brasileira e doutorado em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG. Pós-doutorado em História da Cultura pela Universidade Nova de Lisboa. Autor dos livros *A hora da estrela* de Clarice e *Papel, penas e tinta: a memória da escrita em Graciliano Ramos*, e organizador do Livro dos tipógrafos.

A Memória Visual do Curso de Bacharelado em Design do IFSUL

Actas de Diseño (2022, abril),
Vol. 39, pp. 194-200. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: julio 2016
Fecha de aceptación: julio 2017
Versión final: abril 2022

Karina Pereira Weber (*)

Resumo: Propõe-se explorar e valorizar o que chamamos de Memória Visual do Curso de Bacharelado em Design, do IFSUL Câmpus Pelotas. Os alunos produzem, nas disciplinas, alguns projetos práticos, formando objetos de Design. Diante disso, surgiu a necessidade de criar a memória visual do curso, onde sejam visíveis resultados alcançados e abordagens das disciplinas, bem como divulgar o campo de atuação dos designers à comunidade externa ao curso. O objetivo é, a partir do resgate dos trabalhos dos alunos, criar um portfólio digital em Wordpress para servir, futuramente, de reflexão e compreensão dos caminhos percorridos pelo curso. A proposta está sendo desenvolvida enquanto Projeto de Ensino.

Palavras chave: Design – Memória – Visual – Portfólio - Digital - Ensino.

[Resúmenes en inglés y español y currículum en p. 200]

Introdução

O design cria artefatos. A partir de seus artefatos é possível visualizar a história de uma época através de aspectos gráficos, sintaxes e valores estéticos neles empregados. As manifestações visuais do design são ferramentas de comunicação, para além do objetivo de comunicação a que se propõe o produto em si - neste caso, atendendo as propostas das disciplinas -, mas como fonte de entendimento cultural, social, econômico, político, tecnológico, que estão por trás das soluções pensadas (CARDOSO, 2005; 2013).

Atualmente vivemos em uma época em que os estilos mudam com frequência. As ferramentas se atualizam e possibilitam novos recursos, tratamentos, reflexões, usabilidades, entre outros aspectos cambiáveis, logo, o design, que é viabilizado pela técnica e tecnologias disponíveis, leva consigo as marcas e padrões dos próprios processos que o produziram. Assim, os avanços tecnológicos – tanto de produção, quanto de serviços –, têm mudado e exigido adaptações da área e, também, do próprio curso, como implementação de novas disciplinas para abordar novas tecnologias, bem como extinção de